

## NOTA DE IMPRENSA

### **Energia e Ambiente sem estratégia nos Açores**

Catarina Chamacame Furtado, deputada do grupo parlamentar do PSD/Açores, considera que os setores da Energia e do Ambiente “continuam sujeitos a uma enorme falta de estratégia” na Região, tendo feito um balanço “preocupante”, quando se está a iniciar a segunda metade da atual legislatura, face à “inequívoca falta de credibilidade dos documentos provisionais”, disse.

A parlamentar critica o adiamento “sucessivo” de medidas “que vêm sendo prometidas desde o início da presente legislatura, das quais pouco ou nada se viu de concretização, e o que se viu desilude fortemente”, afirma.

Das medidas estruturantes em matéria de Energia, nomeadamente a “Estratégia Açoriana de Energia para 2030, o Plano para a Mobilidade Elétrica dos Açores (PMEA) e o Plano Regional de Ação para a Eficiência Energética, quase tudo está por fazer”, lamenta.

“Aliás, o Relatório de Execução Financeira Anual de 2017 mostra que, ao nível da Eficiência Energética, a execução foi de apenas 35,8%, ficando praticamente 775 mil euros de promessas pelo caminho”, avança Catarina Chamacame Furtado.

No tocante à mobilidade elétrica, “outro grande pilar estratégico apregoado continuamente por este governo, os 250 mil euros da dotação ficaram por utilizar. A execução foi de 0%, o que é um verdadeiro feito”, considera.

“Em matéria de Energia, as sucessivas promessas e garantias da senhora secretária, têm-se revelado um flop colossal”, diz a deputada, lembrando que, “sem nada para mostrar, o governo usou recentemente um documento interno para apresentar publicamente o ponto de partida para aquela que será a Estratégia Açoriana para a Energia”.

Essa iniciativa “já esteve prevista para 2017, para 2018, e surgiu novamente na proposta de PO2019. Todos os anos a senhora secretária vem dar a garantia de que desta vez é que é”, criticou, fazendo uma analogia: “Parece a história do Pedro e do Lobo”.

“De repente escutar previamente os cidadãos é algo importante, coisa que não acontecia quando se tornou público o PMEa, há um mês”, lembrou a deputada, sublinhando que, em 2 anos, o governo “não conseguiu desenhar uma estratégia para a Energia, mas quer que acreditemos que, em cerca de 10 anos, reorganizará o sector energético, compatibilizando a coexistência da EDA com um sistema sólido de consumidores-produtores”, adianta.

“Este Governo quer fazer acreditar que numa Região, onde uma percentagem significativa dos agregados familiares vive com menos de 500 euros por mês, a preocupação será não o ter o suficiente para comer, mas sim produzir e gerir energia”, questiona.

Catarina Chamacame Furtado frisa também “as ideias irrealistas e futuristas” sobre o armazenamento descentralizado, com a tutela a anunciar que “muitos consumidores produzem localmente, com painéis fotovoltaicos, e gerem a sua bateria e o seu consumo, de forma otimizada no edifício”.

“Num cúmulo de desnorte, o governo refere uma Estratégia para 2020-2030, em que chega ao ridículo de considerar necessário visitar o transporte de energia elétrica, por cabo, entre ilhas. Mesmo após uma experiência sem sucesso e dois estudos que confirmam as elevadas probabilidades de falha”.

Em matéria de Ambiente, “as propostas do PO2019 também pecaram por falta de concretização e de credibilidade”, já que, ao nível da Qualidade Ambiental, “a execução foi de 66%, em 2017, o que não deixa dúvidas de que muito ficou por fazer. Foram cerca de 1,5 milhões de euros de promessas por executar”, diz.

O PSD/Açores denunciou a ineficaz fiscalização e acompanhamento à atividade dos Centros de Processamento de Resíduos, tendo a sua deputada denunciado “a falta de credibilidade dos dados estatísticos de produção e gestão de resíduos na Região”, continuando à espera, desde agosto, “dos esclarecimentos pedidos sobre essas matérias”, recorda.

Catarina Chamacame Furtado acrescenta que o Governo e a bancada parlamentar do partido que o suporta “já admitiram que há, efetivamente, trabalho a fazer nesta matéria, mas não o faz”.

Na Conservação da Natureza, os Planos de Gestão dos Parques Naturais de Ilha e das Reservas da Biosfera, “estão prometidos desde 2011”, mas o governo “diz agora que vai concluí-los no primeiro semestre de 2019”.

Incluindo “as cartas de desporto de natureza e a elaboração da estratégia de gestão e controlo das espécies exóticas e invasoras”, ficaram pelo caminho “quase 3 milhões de euros”, refere Catarina Chamacame Furtado.

No tocante aos Recursos Hídricos, a deputada adianta que, em 2017, a execução “foi de apenas 67%,” pelo que continuamos a ter “localidades em que a população não é abastecida por água tratada, outras sem sistemas de saneamento e tratamento de águas residuais, e ainda descargas diretas de esgotos para ribeiras e grotas”.

Concluindo, a parlamentar do PSD/Açores ficou o Ordenamento do Território, “cuja execução em foi ainda menor - 42% e quase 700 mil euros por executar -, mas continuamos sem produção cartográfica e cadastro predial em grande parte do território, com todas as implicações negativas que isso acarreta”.



grupo parlamentar

Horta, 03 de dezembro de 2018  
Laurénio Tavares  
Secretário do Grupo Parlamentar do PSD  
ltavares@alra.pt